

Ezequiel Martins Ferreira
(Organizador)

GÊNERO E SEXUALIDADE:

Lugares, história e condições

2



Ezequiel Martins Ferreira
(Organizador)

GÊNERO E SEXUALIDADE:

Lugares, história e condições

2



Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^a Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^a Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Gênero e sexualidade: lugares, história e condições 2

Diagramação: Daphynny Pamplona
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Ezequiel Martins Ferreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
G326	Gênero e sexualidade: lugares, história e condições 2 / Organizador Ezequiel Martins Ferreira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-0281-7 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.817222605 1. Identidade de gênero. 2. Sexualidade. I. Ferreira, Ezequiel Martins (Organizador). II. Título. CDD 306.765
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A coletânea *Gênero e sexualidade Lugares, história e condições*, reúne neste segundo volume onze artigos para problematizar as relações de gênero na contemporaneidade.

A partir da virada do século XIX para o XX, com o advento da Psicanálise, estudando a histeria e se questionando sobre o que quer uma mulher, e com as discussões em torno das Ciências Sociais e Humanas, que procuravam encontrar um lugar social para os homens e mulheres, e sobretudo, com o advento das pesquisas culturais e feministas, indagando sobre a participação dos grupos minoritários na sociedade, as pesquisas sobre sexualidade e gênero ganham espaço nos meios acadêmicos.

Do questionamento sobre como se constrói uma mulher, à despatologização da homossexualidade, e à luta pela igualdade de direitos, um leque infinito de possibilidades discursivas é aberto, na tentativa tanto de remediar os efeitos danosos de intolerância e tradicionalismo, quanto de construção de subjetividades impares.

Espero que pela leitura dos textos que se seguem, uma abertura crítica sobre a diversidade das possibilidades de leituras sobre a questão do gênero surja para cada leitor.

Uma boa leitura a todos!

Ezequiel Martins Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1 **A FUNÇÃO SOCIAL DO TRABALHO DE MULHERES NEGRAS BENZEDEIRAS E REZADEIRAS MORADORAS DA MICRORREGIÃO DE VIÇOSA/MINAS GERAIS**

Teresinha de Jesus Ferreira

Antônio Marcos de Oliveira Siqueira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8172226051>

CAPÍTULO 2..... 10 **AGORA É QUE SÃO ELAS: UM ESTUDO SOBRE O EMPODERAMENTO DE MENINAS E A IGUALDADE DE GÊNERO NO ENSINO MÉDIO**


Josélia Rita da Silva

Rafael Soares Salles

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8172226052>

CAPÍTULO 3..... 28 **RESSIGNIFICAÇÕES DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**


Anna Christina Freire Barbosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8172226053>

CAPÍTULO 4..... 40 **PATRIARCADO, *INSTAGRAMMERS*, RELAÇÕES DE CONSUMO: UM OLHAR DISCURSIVO SOB PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS**

Sara Asseis de Brito

Icléia Caires Moreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8172226054>

CAPÍTULO 5..... 64 **O LUGAR DA PROSTITUTA NO OCIDENTE: APONTAMENTOS HISTÓRICOS SOBRE O TRABALHO SEXUAL**

Rosemary Fernandes Correa Alencar

Gabriela Ramos Miranda

Vanessa Mairla Lima Braga

Tania Cristina Cardoso

Jayna Pereira Fontes dos Santos

Leula Campos Silva

Maria Almira Bulcão Loureiro

Ana Cassia Martins Ribeiro Cruz





Alda de Nátia Martins Bottentuit

Nicanor Urbano Pinheiro de Sousa

Gilvania Batista Santos

Elzimar Costa Rodrigues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8172226055>

CAPÍTULO 6.....	79
MULHERES/AMANTES: REPRESENTAÇÕES SOBRE A CONDIÇÃO DE SER A “OUTRA”	
Maria Jorge dos Santos Leite	
Alexsandra Dias Pereira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8172226056	
CAPÍTULO 7.....	89
IMPACTO DEL ACCIONAR DEL CENTRO DE EMERGENCIA MUJER EN LA VIOLENCIA DE GÉNERO DE LA MUJER DEL ALTIPLANO PERUANO	
Juana Victoria Bustinza Vargas	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8172226057	
CAPÍTULO 8.....	102
HOMOSSEXUALIDADE E O DIREITO CONSTITUCIONAL À SAÚDE: REFLEXÕES EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE NO BRASIL	
Victor Hugo Milagres	
Lara Fieto de Toledo	
Lana Francischetto	
Ísis Micaelly de Oliveira Morais	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8172226058	
CAPÍTULO 9.....	110
GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA COMO ESPAÇO DE REFLEXÃO SOBRE QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE	
Kathleen dos Santos Silva	
Brenda de Lima Pinto da Silva	
Beatryz Andrade Lira	
Katuscia Kintschev	
Zaira de Andrade Lopes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8172226059	
CAPÍTULO 10.....	122
A VIOLÊNCIA TRANSFÓBICA NO ESTATUTO TEÓRICO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO: CONTRIBUIÇÕES DE PERSPECTIVAS FEMINISTAS PARA UM ESTUDO DO TRANSFEMINICÍDIO E DA PRECARIIDADE SOCIAL DE MULHERES TRANS	
Silvana Marinho	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.81722260510	
CAPÍTULO 11.....	134
ANÁLISE DOS EFEITOS JURÍDICOS E SOCIAIS DOS PROJETOS DE LEI APRESENTADOS EM SANTA CATARINA CONTRA GRUPOS IDENTITÁRIOS TRANS GÊNEROS	
Maria Lis Cardoso	
Luiz Harley Caires	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.81722260511	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	158
ÍNDICE REMISSIVO.....	159

CAPÍTULO 5

O LUGAR DA PROSTITUTA NO OCIDENTE: APONTAMENTOS HISTÓRICOS SOBRE O TRABALHO SEXUAL

Data de aceite: 02/05/2022

Rosemary Fernandes Correa Alencar

Hospital Universitário Materno Infantil
São Luís - ma
<http://lattes.cnpq.br/2975983655341799>

Gabriela Ramos Miranda

Hospital Universitário Materno Infantil
São Luís – Ma
<http://lattes.cnpq.br/7256681269372181>

Vanessa Mairla Lima Braga

Hospital Universitário Materno Infantil
São Luís - ma
<http://lattes.cnpq.br/4838029004515696>

Tania Cristina Cardoso

Hospital Universitário Materno Infantil
São Luís - ma
<http://lattes.cnpq.br/8727484658226795>

Jayna Pereira Fontes dos Santos

Hospital Universitário Materno Infantil
São Luís – ma
<http://lattes.cnpq.br/2910001653159307>

Leula Campos Silva

Hospital Universitário Materno Infantil
São Luís - ma
<http://lattes.cnpq.br/9698233671828914>

Maria Almira Bulcão Loureiro

Hospital Universitário Materno Infantil
<http://lattes.cnpq.br/1244168101674373>

Ana Cassia Martins Ribeiro Cruz

Hospital Materno Infantil
São Luís – Ma
<http://lattes.cnpq.br/1624529849317762>

Alda de Nátia Martins Bottentuit

Hospital Universitário Materno Infantil
São Luís – Ma
<http://lattes.cnpq.br/8935726829171037>

Nicanor Urbano Pinheiro de Sousa

Hospital Universitário Materno Infantil
<http://lattes.cnpq.br/5695825019821524>
São Luís – Ma

Gilvania Batista Santos

Hospital Universitário Materno Infantil
São Luís - ma
<http://lattes.cnpq.br/5735915939115814>

Elzimar Costa Rodrigues

Hospital Universitário Materno Infantil
São Luís – ma
<http://lattes.cnpq.br/8771698382383902>

RESUMO: o presente artigo tem por finalidade abordar a representação social dos trabalhadores do sexo, descrevendo, paralelamente, as formas em que a prostituição tem sido categorizada e representada no decorrer da história ocidental. Para além, pretende-se evidenciar os efeitos da estigmatização dos indivíduos que a praticam e as formas como tais estigmas e enftretamentos, especialmente, realizados através do Estado, inspiraram os modelos legais de sua abordagem.

Metodologia: quanto ao seu procedimento utilizado na presente pesquisa, tem-se a abordagem de caráter bibliográfico. As técnicas utilizadas estão associadas ao levantamento de informações relativas ao tema em livros, dissertações, artigos, legislações, jurisprudências

e entrevistas disponibilizadas na internet para sua composição. O método de abordagem utilizado é o bibliográfico dedutivo, pois se faz uso da decomposição de um problema, por partir de conceitos gerais, para que se chegue a uma conclusão sobre um dado objeto específico. Quanto a seus objetivos, a pesquisa tem caráter exploratório, vez que possui o intuito de aprofundamento de dado assunto, especialmente através de levantamento bibliográfico (ANDRADE, 2010). **Discussão e resultados:** conclui-se, então, sobre a necessidade da retirada dos trabalhadores do sexo do lugar simbólico de estigmatizado, para que seus direitos e garantias sejam ostensivamente instituídos.

PALAVRAS-CHAVE: Abolicionismo. Prostituição. Regulamentação.

THE PLACE OF THE PROSTITUTE IN WESTERN: HISTORICAL NOTES ON SEX WORK

ABSTRACT: This article aims to address the social representation of sex workers, describing, in parallel, the ways in which prostitution has been categorized and represented throughout Western history. Furthermore, it is intended to highlight the effects of stigmatization of individuals who practice it and the ways in which such stigmas and confrontations, especially carried out through the State, inspired the legal models of their approach. **Methodology:** as for the procedure used in the present research, there is a bibliographic approach. The techniques used are associated with the collection of information related to the theme in books, dissertations, articles, legislation, jurisprudence and interviews made available on the internet for its composition. The method of approach used is the deductive bibliographic, because it makes use of the decomposition of a problem, starting from general concepts, in order to reach a conclusion about a given specific object. As for its objectives, the research has an exploratory character, since it has the intention of deepening a given subject, especially through a bibliographic survey (ANDRADE, 2010). **Discussion and results:** it is concluded, then, on the need to remove sex workers from the symbolic place of stigmatization, so that their rights and guarantees are ostensibly instituted.

KEYWORDS: Abolitionism. Prostitution. Regulation.

1 | INTRODUÇÃO

Em nossa sociedade, há atividades laborais que são caracterizadas por sua marginalidade. Muito embora sejam consideradas lícitas e evidentemente presentes nos mais diversos setores sociais, e até certo ponto toleradas, são dotadas de pouco ou nenhum reconhecimento jurídico relevante. Dentre essas atividades, encontra-se a prostituição. De acordo com Alles (2015, p. 03), a prostituição é um fenômeno em essência urbano, o qual remete às representações de natureza negativa, vinculadas à ideia de “impureza” e “devassidão”. A autora compreende que, em uma sociedade cujo modelo de família é a nuclear, focada no parâmetro monogâmico e de proteção e vigilância da sexualidade feminina, as sexualidades denominadas insubmissas, ou seja, que fogem ao padrão estabelecido, são colocadas em uma posição de inferioridade.

Dessa forma busca-se traçar um breve histórico sobre o surgimento da prostituição,

abordando dentre outros fatores, como Estado e a sociedade perceberam o seu exercício ao longo do tempo, para que se melhor compreenda os desafios e estigmas que envolvem o exercício dessa profissão, e a melhor forma de sua abordagem por meio das políticas públicas elaboradas pelo Estado.

A tentativa de traçar um perfil histórico da prostituição, ao menos nas sociedades ditas ocidentais, previamente é iniciada perquirindo-se as manifestações religiosas encontradas no Egito Antigo e na Mesopotâmia. Essas manifestações, àquela altura, não poderiam ser encaradas como prostituição propriamente dita, mas viriam a dar origem ao que mais tarde convencionou-se nomear como tal.

Posteriormente, deve-se perpassar o aparecimento de atividades de comércio sexual regulamentadas pelo Estado E na Grécia momento no qual há uma dissociação do caráter espiritual representativo das sociedades “primitivas”, e a consequente ressignificação da “prostituição sagrada”. Nessas culturas, especialmente, encontrou-se umas das primeiras e mais relevantes formas de regulamentação da prostituição. Logo após, tem-se na Idade Média uma nova abordagem, não somente da prostituição enquanto atividade profissional (ou comercial), mas um processo mais profundo de realocação do papel da mulher na sociedade. O que, naturalmente, infringiu à prostituta um novo tipo de tratamento, que será abaixo analisado. Ultrapassada a fase medieval, chega-se ao que Roberts (1998, p. 190) nomeou de “Era da Devassidão”, século XVIII, vez que movida por uma recém-desenvolvida cultura fomentada especialmente pela aristocracia absolutista, a prostituição toma nova forma, o que faz surgir uma outra espécie de regulamentação. E, por fim, aos subseqüentes séculos XIX e XX.

Como bem afirma Albuquerque (2008), a análise histórica da prostituição, para além de identificar os seus muitos significados no decorrer dos séculos, é capaz de fornecer informações de como o Estado comporta-se enquanto agente regulador dessa atividade. Dessa forma, busca-se tanto entender o sentido que cada época deu a essa atividade, bem como, quando existiu e como o Estado exerceu a sua (não) regulamentação.

2 | ANTIGUIDADE: A PROSTITUIÇÃO COMO REPRESENTAÇÃO DIVINA

No modo de constituição das primeiras civilizações, em um período compreendido como “pré-história”, algumas das sociedades caracterizavam-se por uma organização social e familiar matrilinear. As mulheres eram tidas como fontes criadoras de vida, idolatradas como a representação terrena da “Grande Deusa” (deidade principal cultuada por essas comunidades) e ocupantes do papel central de toda atividade social. Elas exerciam, no seio dessas sociedades, inúmeras atribuições que abarcavam desde as colheitas, à produção de artefatos, disciplina doméstica e educação dos filhos. (ROBERTS, 1998).

Nesse contexto, elas gozavam do status de semidivindades, visão originada pela compreensão de sua capacidade reprodutiva. A elas fora dado o dom de ensinar a vida,

aumentando assim a prole das famílias, o que era visto como uma forma de gratificação divina. Sobre isso alude Nickie Roberts (1998, p. 20):

Talvez o mais milagroso de tudo é que as mulheres eram capazes de reproduzir crianças de seus próprios corpos: um ato de pura mágica criativa aos olhos dos homens, que ignoravam sua própria parte na reprodução. Abarcando todas as atividades essenciais que deram lugar ao mundo humano, as mulheres eram muito naturalmente vistas como a incorporação viva de uma força geradora universal.

Dessa maneira, nada mais natural que fossem essas mesmas mulheres, tidas como um elo entre deusas e humanos, as responsáveis pelos rituais xamânicos – rituais sagrados nos quais essas sacerdotisas canalizavam as energias mediúnicas dos seres metafísicos e compartilhavam-nas com os demais membros do grupo. O sexo era tido como algo sagrado e à essas sacerdotisas era dada a tarefa de serem condutoras de práticas sexuais que tomavam o significado de rituais de adoração, de agradecimento às Deusas (Star na Mesopotâmia, Astar na Arábia, Astarte em Canaã, Isis no Egito, Ishtar, etc.) pelas bênçãos alcançadas, em especial, às ligadas ao aumento da prole (TEODORO; SILVA, 2015).

Conforme apregoa Nickie Roberts (1998), é por volta de 3.000 a.C., com a constituição das primeiras comunidades agrícolas, que essa religião passa a ser exercida também em templos. Neste período, o paradigma maricêntrico começa a ser invertido à medida que essas sociedades são invadidas por tribos nômades que possuem traços culturais marcadamente patriarcais. A partir disso, houve um progressivo apagamento do papel feminino na vida pública, e mesmo privada, do corpo social. Sobre isso, apontam Maria Cecília Teodoro e Thaís Campos Silva (2015, p. 47):

Deuses com figura masculina foram introduzidos na cultura da sociedade que era matriarcal para modificar o paradigma anterior. Do mesmo modo, os cargos de administração, foram tomados pelos homens, que passaram a produzir normas com o objetivo de controlar a sociedade e resguardar seus interesses.

Vê-se, portanto, que a prostituição não possui, em sua gênese, um simbolismo negativo, nem tampouco está sujeita “a processos de exclusão, discriminação ou estigmatização” (GRAÇA; GONÇALVES, 2016, p. 446), uma vez que a sociedade ainda as percebia como envoltas em uma áurea de sacralidade. Pode-se ainda afirmar que não se tratava mesmo de prostituição propriamente dita, visto que a ocupação não apresentava uma finalidade mercantilista, e nem era compreendida como uma “venda de afetos”.

A partir do surgimento das primeiras civilizações da Era histórica, desenvolvendo-se especialmente na Mesopotâmia e no Egito, estas sociedades eram marcadas tanto por valores matriarcais, quanto por valores patriarcais, havendo assim um aspecto híbrido em sua composição. Tem-se que, mesmo mediante esforços contrários, alguns dos valores maricênticos e ritualísticos ligados à adoração da Deusa perpetuaram-se. Assim, em lugar da tentativa de abolir-los completamente, os líderes optaram por estabelecer regramentos à

sua prática, limitando-as, assim, aos templos.

A prostituição, aduzem Maria Cecília Teodoro e Thaís Campos Silva (2015), surge no contexto desses serviços prestados nos interiores dos templos, onde as mulheres cobravam pela realização dos rituais. Essas oferendas não se destinavam à sacerdotisa em si, mas aos deuses aos quais reverenciavam. Chama atenção, dentre os inúmeros grupos de prostitutas que existiam, uma classe de mulheres chamadas de *harimtu*, descritas como prostitutas semiseculares, ou seja, que exerciam seus favores sexuais tanto dentro dos templos, quanto nas ruas (ROBERTS, 1998). Tem-se, com elas, um desentranhamento do exercício da prostituição dos templos, contraposto às atividades das sacerdotisas, que a exerciam no ambiente restrito a eles.

Com o decorrer do tempo, a maior parte das mulheres sacerdotisas migraram para as ruas, extrapolando os limites físicos que outrora lhes foram impostos, sem, no entanto, deixarem de ser percebidas como protegidas pelas divindades. A situação muda, progressivamente, à medida que surgem as primeiras leis “ora concedendo pretensos direitos, ora segregando as profissionais do sexo” (TEODORO; SILVA, 2015, p. 48). A visão sobre a prostituição passa a tomar, mesmo que lentamente, um viés negativo, e a proteção divina passa a ser dissociada da prática.

É na Grécia Antiga, no entanto, em especial na Atenas Clássica, quando já se possui uma visão mundana e moralista sobre a sexualidade feminina, onde se observa uma das primeiras formas de regularização da prostituição para fins de exploração pelo Estado.

O governador de Atenas Sólon, principal responsável pelo estabelecimento e institucionalização dos papéis sociais das mulheres gregas na sociedade ateniense, deu origem aos chamados *bordéis* oficiais, administrados pelo Governo, e ao qual parte dos lucros era destinada. Nestes locais, as mulheres passaram a ser “instrumento” de diversão dos homens gregos, destituídas quase que completamente de seu caráter de sacralidade:

As leis de Sólon decretavam que elas se prostituíssem quando interpeladas, ao contrário [...] Os salários das prostitutas, registrados pelo Estado, não eram pagos a elas, mas diretamente ao *pronobosceion*, um funcionário homem que administrava o bordel como uma empresa meio privada, meio estatal. [...] No interesse da precisão, descrever as operárias do bordel como prostitutas é inadequado: elas eram escravas do sexo (ROBERTS, 198, p. 36).

Tem-se pela primeira vez na história a “cafetinação” de mulheres prostitutas, prática reforçada por um discurso legal, vez que era o próprio Estado que garantia a fortuna de homens com a venda dos serviços sexuais das denominadas *deikteriades* (mulheres escravas que trabalhavam nos bordéis) e o consequente repasse de seus pagamentos. Dessa maneira, nasceram simultaneamente a “cafetinação” estatal e a privada. Neste momento, a prostituição masculina ainda era vista como quase inexistente. Mesmo em um contexto no qual a relação sexual entre homens não era considerada um tabu, a prostituição viril era proibida, por ser considerada prática que rebaixava a dignidade do

homem (ROBERTS, 1998).

Para fugir das leis de Sólon e dos tributos exigidos por elas, muitas prostitutas começaram a exercer seu métier nas ruas e de maneira independente. Nesse momento, o suborno e a corrupção das autoridades responsáveis pela fiscalização dos bordéis era prática comum, sendo, portanto, raros os casos de prisões motivadas por esse fato (MUÇOUÇA, 2015).

Após a morte de Sólon, as leis atenienses que designavam um local específico para o exercício da prostituição, e mesmo uma vestimenta específica para aquelas que optassem por exercê-la, afrouxaram-se, havendo assim uma trégua, em especial, às prostitutas independentes. No entanto, o simbolismo que tais trabalhadoras passaram a carregar ia progressivamente sendo dotado de uma carga negativa. Se as autoridades gregas fracassaram em regulamentar e controlar completamente a atividade, por meio de suas leis e instituições de justiça, lograram êxito em inserir a prática em um dualismo moral que distanciava as boas mulheres – casadas e restritas ao lar – daquelas que ousassem romper com o domínio masculino e estatal, em especial, aquelas que exerciam a prostituição.

3 | IDADE MÉDIA: A PROSTITUIÇÃO COMO UM “MAL NECESSÁRIO”

Com o declínio do Império Romano em virtude da invasão de tribos germânicas, tem-se um desmantelamento da vida urbana, até então, tão comum naquela região. Assim, as grandes cidades, centros vitais da cultura de Roma, esvaziavam-se e a população migra paulatinamente para as zonas rurais.

As prostitutas, que viam nestes grandes centros um local frutífero para o exercício do seu mister, viram suas oportunidades de trabalho quase que desaparecerem. Muitas delas, no entanto, se adaptaram às novas condições: seguiam oferecendo seus serviços de aldeia em aldeia, acompanhando os exércitos em suas campanhas ou tornando-se “moças do lar”, segundo Nickie Roberts (1998, p. 79), “um eufemismo para as concubinas mantidas pelos padres cristãos”.

Neste momento histórico, muito embora a prostituição não tivesse sido completamente extinta, certamente a tradição cultural a ela relativa sofreu uma grande mudança. A Igreja Cristã, logo após a conversão do Imperador Constantino (no ano 337 d. C) tomou o lugar de credo oficial; a partir de então, o poder político-ideológico da Igreja fortaleceu-se, provocando mudanças profundas na perspectiva da sexualidade humana, em especial, da feminina (ROBERTS, 1998).

As artes eróticas tão famosas entre os gregos e romanos desapareceram durante a Idade Média devido ao grande impacto que essas doutrinas cristãs tiveram, acabando que as únicas tradições que permaneceram após o colapso do império romano foram justamente aquelas levadas adiante pelo cristianismo. O culto a deusa Isis, que envolvia

ritos orgíacos, é um exemplo (ROBERTS, 1998, p. 68).

Dentre essas tradições, tem-se o fortalecimento da concepção dicotômica entre mulheres boas e más, e o subsequente enquadramento da prostituta neste segundo grupo. Vinculada à ideia de pecado, ela passa a ser uma ameaça ao ideal de sociedade e espiritualidade almejado pela Igreja. O cristianismo passou a apontar os atos sexuais como condenáveis e fruto do pecado original cometido por Adão e Eva – personagens da mitologia da criação do mundo cristã. O sexo no casamento passa a ser destinado somente à procriação e o sexo realizado por puro prazer, bem como, aquele realizado fora dos limites do matrimônio, torna-se condenável, sendo encarado como anátema (MACHADO, 2017).

Dessa forma, sob a influência da igreja cristã, e já calcificada no imaginário social a divisão simbólica entre a “mulher de bem” – aquelas cujas características seriam um reflexo da Virgem Maria – e as prostitutas – independentes financeiramente e que representavam um perigo social – passa-se a buscar com bastante ímpeto uma forma de conversão destas últimas, algo que as afastasse do caminho desviante pelo qual optaram. Desta tradição, no século XII, relata Nickie Roberts (1998), surgiu um movimento que, originado pelo clérigo francês Henri, o monge, estimulava que seus seguidores convertessem as meretrizes, através da propagação do evangelho de Cristo, e com elas se casassem. Mas foi somente na última década do século, com a fundação do convento de Santo Antônio, como abrigo para ex-prostitutas, que o movimento se fortificou. Surge então os chamados “Lares de Madalena”, lugares criados para ajudar as mulheres que optassem por abandonar a prostituição, e desejassem uma “reestruturação” de vida. Percebe-se uma política clerical voltada a tentativa de “salvar” as profissionais do sexo de seus “comportamentos dissolutos”.

Entretanto, mesmo diante do discurso oficial de ojeriza à prostituição, era prática recorrente a contratação de prostitutas para o atendimento nos Concílios da Igreja, demonstrando assim um comportamento ambíguo em relação a prostituição (MUÇOUÇA, 2015). A preocupação da igreja com o controle da prostituição extrapolava a questão moral e alcança o interesse econômico, vez que os grandes bordéis representavam uma fonte de lucro para o clero. Roberts (1998) comenta que a Igreja, além de angariar renda advinda da prostituição por ser uma das maiores donas de propriedades do medievo – sendo assim, obtinha lucros indiretamente através da prostituição exercida nas cidades e vilas dos feudos – o faziam também pelo estabelecimento de impostos e decretos tal qual o instituído pelo Papa Clemente II, o qual determinou que as profissionais do sexo deixassem como herança 50% de suas posses a um convento.

As grandes e médias cidades feudais possuíam prostíbulos públicos, os quais eram geridos por administradores oficiais. Para além do comércio regular de sexo, existiam as chamadas “casas de tolerância”, destinadas aos banhos públicos, mas que tinham sua finalidade parcialmente desviada, e serviam como pontos de prostituição. Nesse contexto, as prostitutas podiam exercer livremente sua atividade, contanto que pagassem uma taxa

aos administradores, e fossem admitidas nos bordeis oficiais (MUÇOUÇAH, 2015).

Por todos esses aspectos, tinha-se no comportamento da Igreja – e devido a sua influência, de toda sociedade medieval – uma posição dúbia em relação a prostituição. De um lado, ela era encarada como um mal a ser combatido por conta de sua natureza pecaminosa; de outro, era tolerada em face de seu caráter lucrativo. E mais ainda, por seu caráter utilitário. A religião passou a entender a prostituta como uma figura necessária para que se garantisse a castidade das mulheres aptas ao casamento, e o afastamento dos homens de práticas sodomitas. No entanto, à prostituta era destinado o castigo da excomunhão enquanto exercesse essa atividade. Logo, cabia a elas, o castigo espiritual e a marginalidade social.

4 | SÉCULOS XVIII, XIX E XX: A ERA DA DEVASSIDÃO E AS EXPERIÊNCIAS DE REGULAMENTAÇÃO DA PROSTITUIÇÃO

O início do século XVIII foi marcado por um tipo de retomada de uma prostituição aristocrática, ou seja, de uma prostituição mais luxuosa e voltada ao erotismo, tal como ocorria em Roma. Os cafés e os grandes e famosos bordeis parisienses e britânicos foram marca de uma cultura de luxo e diversidade desse comércio do sexo. Havia bordéis de todos os tipos para atender os gostos mais particulares de cada cliente: alguns bordeis eram especializados em “virgens”, outros em flagelação (para aqueles que possuíam inclinações sadomasoquistas); para os voyeurs, existiam cabines particulares para usufruírem da observação, e ainda, existiam aqueles destinados ao público homossexual ou os mais reservados para as mulheres que quisessem usufruir de rapazes bem afeiçoados (ROBERTS, 1998).

O fato é que a prostituição na Europa do Século XVIII, em especial na Grã-Bretanha e França, tomou grandes proporções, tornando-se um mercado amplo e, em muitos segmentos, lucrativo. Paralelamente ao contexto de certa convivência pacífica com a prostituição, especial, por parte da aristocracia que, até então, detinha o monopólio político daquela sociedade, desenvolvia-se um parâmetro moral de uma nova classe: a burguesia. Com essa nova classe, paulatinamente, instaurou-se uma nova ordem moral baseada, dentre muitas coisas, em um conceito de pureza sexual, em especial, no que se relacionava à mulher.

Mesmo após a ascensão de movimentos político-filosóficos que questionavam o modus operandi da sociedade feudal – como o Iluminismo, que mais tarde fomentaria a Revolução Francesa – não houve uma ressignificação profunda do papel feminino em seu bojo. Pelo contrário, ocorreu uma retomada das ideias gregas sobre o lugar da mulher e seu “destino biológico”: que era o de ser mãe e o de servir ao seu marido, restrita ao ambiente doméstico. Na medida em que se fortalecia o conceito de família nuclear (mãe, pai e filhos), como base da sociedade, e aumentava-se a importância da atuação e

domesticação feminina para sua melhor manutenção, maior se tornava o estigma sofrido por aquelas excluídas desta lógica “casamento-família”. Dentre as quais, encontravam-se as prostitutas (ROBERTS, 1998; ALBUQUERQUE, 2008).

Muito embora a burguesia continuasse a apresentar um fortalecimento ideológico, no início no século supramencionado, seus valores ainda coexistiam com a aristocracia dos antigos regimes absolutistas. Como dito, esses muito mais tolerantes com a prática da prostituição que aqueles. No entanto, essa aparente complacência, não se estendia às leis aplicáveis a estes profissionais em quase toda Europa. Na Áustria, como forma de punição, muitas profissionais foram marcadas a ferro, tiveram seus corpos açoitados, cabeças raspadas; foram condenadas a varrer as ruas como forma de exposição pública de sua vergonha, postas para trabalhar em lavanderias públicas ou presas (TEODORO; SILVA, 2015).

O clímax desse movimento antiprostituição ocorreu quando a Imperatriz Maria Tereza instituiu a chamada Comissão de Castidade. Na tentativa de erradicar de uma vez a prostituição, espalhavam-se informantes por todos os lugares que pudessem servir como espaço para sua prática. Tavernas, cafés, possíveis bordeis e afins eram fortemente policiados, e não raro nas ruas mulheres eram detidas até que comprovassem não exercer a prostituição (ROBERTS, 1998).

Por sua vez, a França foi na contramão, e optou por tratar a prostituição como um “problema” a ser remediado através de um sistema altamente invasivo, e não somente instituindo normas proibitivas, na tentativa de extingui-la. Juntamente com o pobre, a figura do criminoso, o mentalmente doente e “os vagabundos”, as prostitutas foram inseridas nos grupos de marginalizados que deveriam ser reabilitados (TEODORO; SILVA, 2015) através de determinadas medidas de tratamento. Essa política de abordagem da prostituição tinha um caráter expressamente higienista. O sistema de enfrentamento francês da prostituição consistia basicamente na existência de internações compulsórias em determinadas instituições, a exemplo do hospital de Salpêtrière.

As prostitutas condenadas eram ali confinadas, sendo examinadas para que se detectasse algum tipo de doença venérea, e em caso positivo, eram obrigadas ao tratamento por mercúrio (o que em verdade consistia em envenenamento). Outro exemplo desse tipo de instituição eram a Maison du Bon Pasteur, locais de internação voluntária, nos moldes dos “Lares de Madalena”. Esses locais eram alternativas às multas ou à possibilidade de prisão aplicáveis a quem fosse pega exercendo a prostituição (ROBERTS, 1998).

Havia, no entanto, uma impossibilidade prática na aplicação nessas medidas de repressão: a extensão da prostituição. Como dito acima, a prostituição no mesmo “pé” em que era perseguida, era requisitada; havendo, portanto, um rico e amplo comércio sexual na França. Como a tentativa de reabilitação desses profissionais tornou-se impraticável, coube às autoridades policiais a primazia dos poderes de contenção e regramento da prostituição. É desse modo que surge um contexto de corrupção, no qual a regra era o

acordo: pelo pagamento de propinas, as autoridades faziam vistas grossas à existência de bordeis e de prostitutas independentes (ROBERTS, 1998).

Eventualmente, ao longo do século XVIII, foram publicados decretos que tentavam ora reprimir, ora regular o exercício da prostituição. A Declaration de Marly, a título de exemplo, estabeleceu que as autoridades policiais poderiam banir as prostitutas condenadas de seus bairros, se seus vizinhos assim o requeressem, para tanto, bastava uma declaração coletiva devidamente assinada (ROBERTS, 1998). O fato interessante é que, após as tentativas de abolição da prostituição através de uma repressão severa, o que passou a vigorar na relação entre Estado e o comércio do sexo foi o acordo. Um exemplo disso, era a limitação do exercício da prostituição a apenas determinados locais, e a represália somente àquelas que se negassem a seguir essa regra. Na Grã-Bretanha, a partir do fim do século XVII, ocorreu um enfrentamento à prostituição não diretamente pelo Estado, como ocorrera na França, mas a partir, principalmente, de iniciativas privadas advindas da classe burguesa ascendente que já buscava instaurar o seu ideal de moralidade.

Grupos foram organizados para suprimir a devassidão das ruas, vários agentes dos escritórios da sociedade de toda Londres iriam fornecer autorizações em branco aos queixosos e aos informantes, que as preencheriam com as ofensas de sua escolha, e depois eram assinadas por magistrados simpáticos a causa e feitas cumprir pela polícia da sociedade.

A falta de respeito pelas liberdades civis das prostitutas era escandalosa; a legalidade das autorizações era duvidosa. A prisão era imposta as essas prostitutas, e uma vez na instituição, elas eram açoitadas, mutiladas, condenas a caminhar longas distâncias ou condenadas ao trabalho forçado. O resultado de tal empreendimento foi o mesmo daqueles vistos em outras experiências proibicionistas: a prostituição passou longe de ser erradicado, apenas migrou para a clandestinidade. Observa-se que a relação entre Estado e prostituição foi rodeada de tensões, embora essa fosse aceita, ainda que de maneira implícita, na sociedade, em especial, nos meios da elite econômica dos países.

Na transição do século XVIII para o XIX, no auge da revolução industrial, o baixo meretrício sofreu nova ordem de transformações. Apesar de se constituir em período desenvolvimento tecnológico e econômico, a realidade de boa parte da população era de desemprego, e quando o trabalho remunerado existia, era de forma ínfima e inserido em um quadro de exploração, caracterizado por extensas horas (14 a 16 horas) de atividade assalariada e baixa remuneração (TEODORO; SILVA, 2015).

O êxodo rural ocorrido gerou um inchaço das cidades, que não poderiam ofertar empregos a todos aqueles advindos das zonas mais afastadas. O pouco trabalho que existia como alternativa para as mulheres consistia no trabalho como costureiras, empregadas ou, em último caso, como prostitutas. Excluídas dos negócios familiares, advindas de uma classe que não obtinha propriedades, não havia muitas opções para estas mulheres que não achar um bom casamento, para garantir seu sustento, vender sua força de trabalho

por condições precárias, ou dedicar-se a prostituição. Para algumas garotas, vender seus corpos era uma maneira de ganhar a vida preferível a trabalhar 14 a 16 horas por dia como costureiras. Para outras, a prostituição era simplesmente uma resposta para o desemprego. (...) Nessas circunstâncias, o respeito 22 pela moralidade e pela propriedade era um luxo que as mulheres da classe trabalhadora dificilmente poderiam se permitir (ROBERTS, 1998, p. 204-205).

Percebe-se, assim, que diante de uma realidade na qual as mulheres ganhavam bem menos que os homens e sob condições tão precárias quanto, prostituir-se era uma das saídas plausíveis para boa parte das mulheres das cidades. Muitas crianças também eram incorporadas ao quadro de prostituição, sendo expostas a condições débeis de subsistência (TEODORO; SILVA, 2015).

No que concerne ao século XIX, a figura feminina, de modo geral, continuava a ser vista como secundária e submissa ao poderio e gerência masculinos, o que atingia de maneira direta o simbolismo que cercava a prostituta. Numa classe vista com subsidiária, a prostituta era vista como inferior, considerada trabalhadora rebelde e desviante. O olhar do Estado para a prostituta, após a Revolução Francesa, era de desconfiança. Os antigos “Lares de Madalena”, logo em seguida a tomada de poder de Napoleão Bonaparte, foram reavivados, no entanto, o discurso ali imposto deixou de ser religioso para ser patriótico, vez que as prostitutas eram vistas como suscetíveis a traírem a causa revolucionária (ROBERTS, 1998).

Durante a sua última parte, uma nova onda de industrialização tornou a provocar um aumento populacional nas cidades, bem como, aumentou o número de trabalhadores assalariados no interior das fábricas. Paralelamente ao alvorecer dessa nova classe, emergiram uma série de movimentos tais quais: o sindicalismo em massa, as teorias revolucionárias, a primeira onda do movimento feminista, e a liberação sexual da classe operária, que parecia estarrecer a já estabelecida burguesia (ROBERTS, 1998). Neste contexto, a prostituição passou a ser reprimida, mais uma vez, e serviu de bode expiatório para os intentos da classe burguesa e sua obsessão pela pureza sexual. Os denominados “Atos da Polícia Metropolitana”, já na década de 1850, instituíram o crime da vadiagem na Grã-Bretanha. Qualquer pensão que alugasse seus quartos para prostitutas poderia ser considerada um bordel, consequentemente, seu proprietário poderia ser processado, bem como, era proibida a reunião de prostituição em tavernas (TEODORO; SILVA, 2015).

Na década seguinte o primeiro “Ato das doenças contagiosas” foi aprovado. Ele tinha por fim a prevenção do contágio de doenças venéreas pelos homens alistados na marinha e no exército, que pudessem ter contato com as prostitutas dos portos navais e nas cidades nas quais as guarnições se estabelecessem; e advinha do pânico generalizado que a sífilis causou àquela época. As determinações dos atos constavam na permissão dada a polícia para deter qualquer mulher sob comportamento “suspeito”, e enquadrá-la como prostitua comum. A partir de então, ela seria intimada a comparecer a uma inspeção médica

(ROBERTS, 1998). O exame era compulsório, caso a mulher se negasse a realizá-lo era encaminhada à força ao hospital, e ali, caso fosse comprovado algum tipo de infecção, era submetida a um tratamento por consumo de mercúrio pelo prazo de 3 meses. O segundo “Ato das doenças contagiosas” adicionou ao exame compulsório, a possibilidade de a polícia realizar inspeções noturnas e o registro de prostitutas que exercessem a profissão.

Houve também medidas contra a cafetinagem: a Criminal Law Amendment Act, que passou a vigorar em 1885, na Grã Bretanha. Essa norma, além de aumentar a maioridade para dezesseis anos – o que seria uma 24 forma de combater a prostituição de crianças e adolescentes – e criminalizar a homossexualidade, também dava amplos poderes à polícia, que poderia tomar medidas de combate aos cafetões e cafetinas do país (ROBERTS, 1998).

Essas providências fizeram com que boa parte dos bordeis desaparecessem. Roberts comenta que “no início da década de 1890, Manchester havia reduzido seus bordeis de quatrocentos a apenas dez” (ROBERTS, 1998, p. 304). Com o fim dos bordeis, várias prostitutas adaptaram-se ao novo regramento, e na tentativa de burlá-lo, alugavam quartos para residirem e ali continuavam a exercer sua profissão. Ainda que inicialmente esses atos tenham cumprido com sua finalidade, ou seja, diminuído a extensão da prostituição independente e as praticadas nos bordeis, com o tempo, e o afrouxamento da vigilância, estes voltaram a existir nas localidades mais empobrecidas das áreas urbanas (TEODORO; SILVA, 2015).

No século XX, cenário das duas Grandes Guerras Mundiais, Revolução Russa, Grande Depressão, e outros muitos acontecimentos que marcaram de forma profunda a história da humanidade, a prostituição passou quase que despercebida em termos de repressão estatal ou políticas públicas voltadas à sua regulamentação ou abolição. No entanto, alguns fatos merecem apontamentos. A título de exemplo, tem-se o modelo proibicionista dos Estados Unidos da América (EUA), na década de 1920, que juntamente com a vedação do comércio de álcool, tornou ilegal o exercício da prostituição (ROBERTS, 1998). Mais uma vez, a semelhança do que já ocorreu em outras tentativas de erradicação da prostituição através de sua repressão, o seu exercício passou se dar numa lógica de criminalidade. Mas jamais deixou de existir. A cafetinagem passa a assumir o controle do sexo, e a figura da prostituta torna-se ainda mais vulnerável.

Tanto o Regime Nazista de Hitler, quanto o Regime Fascista de Mussolini tiveram uma política de instituição de bordeis oficiais, no entanto, isso não significava uma melhoria para as suas profissionais. A política de intolerância para com aquelas que exerciam a prostituição de maneira independente era comum àquele tempo. Muitas delas foram mesmo mandadas para campos de extermínio (ROBERTS, 1998). Somente no final do século XX, em especial na década de 60, com seus movimentos de contracultura, momento em que o sexo começou a ser mais naturalizado, e sua relação com o desejo feminino a ser encarado de maneira mais aberta, é que surge uma maior flexibilização da moral sexual, que por certo, atingiu a maneira como a prostituição passou a ser encarada. Muito

embora, não tenha ocorrido uma mudança profunda o suficiente para eximir a prostituta da marginalização social (TEODORO, SILVA, 2015).

Na década de 70 surgem os primeiros movimentos em defesa das prostitutas, como o Movimento Nacional das prostitutas, em São Francisco (EUA); a Associação das prostitutas francesas (França); o grupo canadense Canadian Organization for the Rights of prostitutes, entre outros ao redor do mundo. Em 1986, cria-se a Associação Internacional das Prostitutas, o que representou um grande avanço para a comunidade (TEODORO; SILVA, 2015). No Brasil, as prostitutas têm se organizado politicamente desde meados da década de 70/80, quando ocorreram inúmeros eventos voltados à defesa das pautas dos trabalhadores do sexo. Como exemplo, o Primeiro Encontro Nacional de Prostitutas, ocorrido em 1987.

A partir desse momento, essas profissionais passaram a construir um movimento político que as colocasse no lugar de sujeitos de direito, reivindicando uma série de pautas que buscavam combater a precarização do contexto nos quais estavam inseridas. É na década de 1980, com a criação da Rede Brasileira de Prostitutas (RBP), que o movimento passa a debater assuntos como a violação de direitos humanos, violência policial e políticas de combate à epidemia da AIDS, cuja expansão era um problema que preocupava o mundo inteiro à época. Aos poucos, e a medida que os debates se intensificaram, novas pautas foram sendo acrescentadas, surgindo novas demandas como a regulamentação da prostituição (DIAS, 2017).

Dentre os destaques, em termos de organização política, tem-se a ONG Davida, originada pela então prostituta e militante Gabriela Leite, uma das maiores expoentes na defesa no direito das prostitutas (e prostitutos) do país (FREITAS JUNIOR; VIEIRA, 2015), e que dá nome ao projeto de lei objeto do presente trabalho. Desses primeiros atos de organização à atualidade, inúmeras tentativas foram realizadas com o escopo de garantir mais direitos a essas 26 profissionais, muito embora o que se percebe são passos tímidos avanços e sua efetiva realização.

5 | CONCLUSÃO

No decorrer do presente trabalho, foi possível perceber que o debate da prostituição intersecciona searas que extrapolam a mera necessidade de reconhecimento formal. O histórico elaborado demonstrou que a prostituição, em especial a feminina, sempre esteve em posição de estigma. Em especial, por se tratar de uma profissão associada quase sempre a ideia de vulnerabilidade econômica. Ou seja, apenas escolhe ser prostituta ou prostituto quem não tem outra forma de sobreviver.

A escolha da prostituição não deve ser romantizada. Toda escolha só existe dentro de um conjunto de possibilidades limitadas por condições de ordem material e psicológica, principalmente, quando se fala da opção por trabalhos precários. Quem escolhe ser médico,

por exemplo, escolhe dentro das condições que lhe foram dadas para tanto. Quem opta por ser diarista escolhe dentro das oportunidades que lhe foram oferecidas. No entanto, essa escolha não deve e não pode ser desconsiderada, com o risco de se apagar o protagonismo desses profissionais no que concerne a própria vida e ao próprio corpo.

No entanto, é importante destacar que, por ser um fenômeno social que restou presente nos mais diversos tipos de sociedade e contextos históricos, não é a prostituição um objeto cujo tratamento mais adequado será descoberto através de respostas simples e imediatistas. A sua regulamentação é o primeiro passo para que se inicie um debate comprometido, não com conceitos abstratos como a moralidade pública, mas o efetivo reconhecimento dos prostitutas e prostitutas como, de fato, trabalhadores que carecem de proteção legal ampla.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Maria Marinho. **Para além da tensão entre moral e economia**: Reflexões sobre a regulamentação da prostituição no Brasil. 2008. 141 f. [dissertação] - Curso de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2008. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/977/1/Dissertacao_RossanaMariaMarinhoAlbuquerque-2008_Completa.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2018.

ALLES, Natália Ledur. **Prostituição, clandestinidade e estigma**: reflexões sobre a visibilidade comunicacional de mulheres prostitutas. 2015. Disponível em: <http://www.compos.org.br/biblioteca/artigocomp%C3%B3s16comautoria_3286.pdf>. Acesso em 16 de fev. 2018.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

DIAS, Lucas Bernardo. **Uma reflexão crítica entre Prostituição e Políticas Públicas no Brasil**: avanços, retrocessos e conjuntura sociopolítica. Revista dos Estudantes de Públicas, v.2, n.1, 2017. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/rep/article/view/28665>>. Acesso em 12.04.2018.

FREITAS JUNIOR, Reginaldo Antônio; VIEIRA, Lucas Bezerra. **Lei Gabriela Leite**: a legalização da prostituição sob uma nova perspectiva no direito penal brasileiro. Revista Transfessões. vol 3. n. 1, maio/2015. Natal, 2015. Disponível em <https://periodicos.ufrn.br/transgressoes/article/view/7211>>. Acesso em 18 abr. 2018

GRAÇA, Marta; GONÇALVES, Manuela. Prostituição: que modelo jurídico-político para Portugal?. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-5258201600k0200449&script=sci_abstract&lng=es>. Acesso em: 31 out. 2017.

MELLO, Andreia Skackaukas Vaz. **A construção da prostituta em sujeito político de direitos na luta contra a AIDS**. 2012. Disponível: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/tematicas/article/view/2204/1610>>. Acesso em 02 de mai. 2018.

MACHADO, Paulino Juliana. Proposta de regulamentação da prostituição no Brasil: desmarginalização de uma profissão ou institucionalização da cafetinagem?. 2017. 101 f. [Monografia]. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/177440>> Acesso em 12 mar. 2018

MUÇOUÇAH, Renato de Almeida Oliveira. **Trabalhadores do sexo e seu exercício profissional:** delimitações entre as esferas penal e trabalhista. São Paulo: Ltr, 2015.

TEODORO, Maria Cecília Máximo; SILVA, Thais Campos. A história da exclusão social e condenação moral da prostituta. *Revista Brasileira de História*. Minas Gerais. v. 1 . n. 2. p. 211 - 233 . Jul/Dez. 2015. Disponível em <<http://www.indexlaw.org/index.php/historiadireito/article/view/676/pdf>>.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abolicionismo 65

accionar 4, 89, 90, 94, 95, 98, 99

Amante 79, 80, 82, 84, 85, 86, 88

Amor 79, 81, 82, 84, 85, 87

A “Outra” 4, 79, 80, 84, 87

B

Benzedeiras e rezadeiras 3, 1, 3

C

Calidad de vida 89, 94, 95, 98, 99

Compromisso ético e político 111

Conhecimento tradicional 1, 7

D

Direito 4, 7, 31, 32, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 53, 59, 60, 62, 63, 76, 77, 102, 106, 107, 108, 109, 134, 135, 136, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 151, 155, 156

Direito à saúde 102, 106, 107, 108

Discurso 40, 41, 42, 43, 44, 48, 49, 53, 54, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 68, 70, 74, 124, 128, 129, 131, 132, 134, 136, 143

E

Espaços coletivos 111

Estudos de gênero 111, 112, 114, 116, 117, 120

F

Feminismos 48, 122, 123, 131

H

Homossexualidade 2, 4, 75, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 142, 149

I

Igualdade de gênero 3, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 26, 27, 30, 33, 48, 87

M

Mulher 2, 3, 12, 13, 14, 21, 22, 23, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 66, 70, 71, 74, 75, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 107, 108, 109, 116, 117, 118, 120, 121, 126, 128, 129, 130, 137, 146, 147, 151, 152

Mulheres trans 4, 122, 126, 127, 128, 130, 131, 133, 139, 151

P

Patriarcado 3, 10, 11, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 58, 60, 63, 90, 125, 133

Política 1, 3, 7, 8, 10, 29, 31, 32, 37, 38, 70, 72, 75, 76, 82, 92, 103, 105, 106, 107, 108, 117, 122, 123, 124, 125, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 139, 142, 150, 154

Políticas públicas 4, 28, 32, 36, 37, 66, 75, 102, 104, 106, 107, 108, 124, 129, 131, 145, 151, 154

Práticas religiosas afro-brasileiras 1

Preconceito 59, 79, 80, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 104, 107, 135, 143, 145, 149, 155

Prostituição 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 128

R

Regulamentação 3, 65, 66, 71, 75, 76, 77, 102, 149

S

Sociedade 2, 10, 11, 12, 14, 15, 17, 18, 21, 22, 27, 29, 30, 32, 33, 36, 37, 41, 43, 45, 46, 47, 51, 54, 57, 59, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 73, 77, 79, 80, 83, 84, 85, 86, 87, 103, 104, 109, 111, 117, 119, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 138, 139, 144, 154

T

Transfeminicídio 4, 122, 124, 126, 131, 138, 151, 155

Transfobia 122, 124, 131, 134, 135, 145

V

Violência 3, 4, 12, 13, 14, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 48, 49, 50, 58, 60, 76, 87, 105, 109, 112, 119, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 138, 139, 142, 143, 148, 151, 152, 154, 156

Violência de gênero 4, 13, 14, 28, 29, 30, 31, 37, 39, 122, 123, 124, 125, 131, 133

Violencia familiar 89, 90, 92, 93, 94, 96, 97, 99, 100

Violencia física 89, 90, 91, 96, 99

Violencia psicológica 89

GÊNERO E SEXUALIDADE:

Lugares, história e condições

2

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Ano 2022

GÊNERO E SEXUALIDADE:

Lugares, história e condições

2



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Ano 2022